

Edição 11.170 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **QUINTA-FEIRA // 5.11.2026 // Cascavel-PR** www.gazetadoparana.com.br

TCE amplia investigação sobre perdas de R$ 44 milhões no CARE11

●**TEC apura responsabilidades por aplicações de institutos municipais** no fundo imobiliário CARE11, com vínculo com o Banco Master

●Os documentos revelam que o relacionamento entre o banco e o fundo é **anterior à crise que atingiu o conglomerado financeiro**

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) ampliou uma investigação sobre R$ 44 milhões de recursos de institutos municipais de previdência aplicados no fundo imobiliário Brazilian Graveyard and Death Care Services (CARE11), que mantém vínculos documentados com o Banco Master. Decisões publicadas no Diário Eletrônico de terça-feira (3) mostram que a Corte passou a investigar não apenas a manutenção dos investimentos após mudanças nas regras previdenciárias, mas também a possível responsabilidade de gestores públicos, integrantes de comitês de investimentos e consultorias financeiras diante de uma desvalorização que, em alguns municípios, ultrapassou 90% do capital originalmente aplicado. A apuração ganha uma dimensão adicional porque o mesmo fundo já havia sido objeto de um processo administrativo sancionador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) envolvendo o Banco Máxima, antiga denominação do Banco Master. O procedimento investigou suspeitas de manipulação de preços das cotas do CARE11 em operações entre 2018 e 2019. O caso foi encerrado em 2022 mediante termo de compromisso, sem decisão condenatória definitiva sobre as acusações. Público ● P.3

DADOS

●**Os valores individualizados** apresentados nos processos mostram a dimensão da desvalorização registrada em diferentes municípios.



Lula Marques/Agência Brasil

Senado aprovada PEC da Segurança Pública a sem maioridade penal

●O Senado Federal aprovou, na terça-feira (3), em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. O texto recebeu 73 votos favoráveis no primeiro turno e 75 no segundo, sem votos contrários ou abstenções nas duas votações. A proposta, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, segue agora para promulgação, após superar o impasse envolvendo a redução da maioridade penal. A votação encerrou uma etapa da tramitação marcada por divergências entre governo e oposição. Conforme a Gazeta do Paraná havia noticiado, a proposta chegou ao plenário do Senado em meio a negociações sobre emendas que pretendiam alterar a idade mínima para responsabilização criminal. O assunto acabou sendo retirado da votação principal, permitindo a aprovação da PEC sem a necessidade de uma nova análise pela Câmara dos Deputados. Público ● P.2

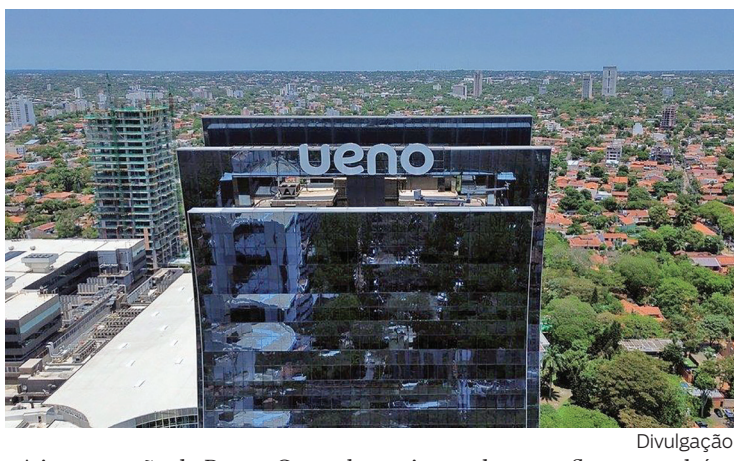
O troféu da Cascavel de Ouro

●No próximo dia 21 de novembro será realizada a 40ª edição da Cascavel de Ouro. E quem vencer a tradicional prova de três horas de duração levará para casa um lindíssimo troféu que tem um nome de peso: Nelson Piquet. A organização da prova irá homenagear o astro Nelson Piquet, tricampeão mundial de Fórmula 1. Mas muito antes de Piquet se tornar conhecido mundialmente pelos seus feitos na F1, ele venceu a Cascavel de Ouro. Essa vitória ocorreu em 1976, portanto, está completando 50 anos, motivo da homenagem feita a ele. Os promotores da Cascavel de Ouro organizaram um evento ontem, na Prefeitura de Cascavel. Nele, foi feito o lançamento oficial da prova e a apresentação do lindo troféu "Neste ano nós teremos a 40ª edição da Cascavel de Ouro, mas é o 59º ano de prova. No ano que vem vamos fazer 60 anos de Cascavel de Ouro. E o que vai ter de especial na edição deste ano são os 50 anos da vitória de Nelson Piquet. Então nós fizemos um troféu em homenagem a ele", disse Edson Massaro, promotor da prova. Esportes ● P.6



Secom

Crise no Ueno Bank preocupa comércio na fronteira com o Paraná



Divulgação

●A intervenção do Banco Central do Paraguai no Ueno Bank, uma das maiores instituições financeiras do país, chegou à fronteira com o Paraná na terça-feira (3) e provocou preocupação entre comerciantes, trabalhadores e correntistas de Ciudad del Este. Na cidade paraguaia, separada de Foz do Iguaçu pela Ponte da Amizade, centenas de clientes procuraram uma agência bancária em busca de informações sobre suas economias, enquanto entidades empresariais alertaram para o risco de paralisação parcial do comércio. A crise financeira pode ter reflexos também sobre brasileiros que trabalham, mantêm negócios ou possuem relações comerciais no país vizinho. A situação é especialmente sensível para o Oeste do Paraná, cuja economia mantém relações comerciais com o Paraguai. Embora ainda não exista um levantamento de prejuízos sofridos por empresas paranaenses, a suspensão das operações de uma instituição financeira utilizada por milhões de paraguaios abre a possibilidade de dificuldades em pagamentos e transações comerciais. Público ● P.4

Brasileirão

Verdão 'rema' para manter perseguição ao Fla

Palmeiras e Remo se enfrentam nesta quinta-feira (05), às 19h30, em São Paulo, em partida válida pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro. No Campeonato Brasileiro, Palmeiras e Remo vivem momentos distintos na competição. O Verdão vem de empate sem gols com o Santos, na Vila Belmiro, e ocupa a segunda colocação, com 70 pontos. Esportes ● P.6



Cesar Greco

Série B

Penúltima rodada será aberta nesta quinta-feira

Faltam apenas duas rodadas para o fim da Série B do Campeonato Brasileiro. Essas rodadas restantes vão definir quem sobe. Na penúltima rodada, que será aberta nesta quinta-feira (05), tem equipe que já pode comemorar o acesso. É o caso do Novorizontino, líder da competição com 67 pontos. O Londrina, já rebaixado, duela com o Botafogo de Ribeirão Preto. Esportes ● P.6



Divulgação

Operações

Gaeco e RF atuam contra lavagem de dinheiro no PR

O MPPR e a Receita Federal deflagraram duas operações para combater organizações criminosas suspeitas de sonegação de ICMS, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. As investigações envolvem empresas que atuavam no comércio de subprodutos de origem animal, como sebo e gordura, utilizados na fabricação de biodiesel e em curtumes. Público ● P.4

Público

Segurança pública Senado aprovou proposta em dois turnos e encaminhou texto para promulgação; redução da maioridade penal ficou fora da PEC e será discutida em propostas específicas no Congresso Nacional

Senado aprova PEC da Segurança e deixa maioridade penal à parte

Conforme a Gazeta do Paraná havia noticiado, a proposta chegou ao plenário do Senado em meio a negociações sobre emendas que pretendiam alterar a idade mínima para responsabilização criminal

DA REDAÇÃO
Cascavel

●O Senado Federal aprovou, na terça-feira (3), em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. O texto recebeu 73 votos favoráveis no primeiro turno e 75 no segundo, sem votos contrários ou abstenções nas duas votações. A proposta, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, segue agora para promulgação, após superar o impasse envolvendo a redução da maioridade penal.

A votação encerrou uma etapa da tramitação marcada por divergências entre governo e oposição. Conforme a Gazeta do Paraná havia noticiado, a proposta chegou ao plenário do Senado em meio a negociações sobre emendas que pretendiam alterar a idade mínima para responsabilização criminal. O assunto acabou sendo retirado da votação principal, permitindo a aprovação da PEC sem a necessidade de uma nova análise pela Câmara dos Deputados.


Senado aprova PEC da Segurança Pública em dois turnos Lula Marques / Agência Brasil

Maioridade penal

Embora a PEC tenha recebido apoio unânime dos senadores que participaram das votações finais, a decisão de separar as propostas sobre redução da maioridade penal expôs uma divisão no plenário. Por 38 votos a 36, os parlamentares aprovaram a tramitação independente de duas emendas que tratavam do assunto, deixando a discussão para propostas específicas.

Uma das emendas, apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), propunha reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos como regra geral e permitir a responsabilização criminal a partir dos 14 anos em determinados crimes graves, incluindo crimes hediondos, tortura, tráfico de drogas e terrorismo.

A outra proposta, apresentada pelo senador Camilo Santana (PT-CE), estabelecia uma mudança mais restrita, permitindo a responsabilização criminal a partir dos 16 anos somente em casos de crimes hediondos. As duas alternativas poderão continuar sendo analisadas pelo Congresso, independentemente da PEC da Segurança Pública.

O resultado da votação sobre a maioridade penal também evidenciou diferenças entre as orientações partidárias. PL, PP, Republicanos, PSDB e Podemos defenderam a inclusão da redução no texto, enquanto PSD, MDB, PT, PSB e União Brasil orientaram pela tramitação separada. A disputa foi resolvida por uma diferença de apenas dois votos.

Impasse superado

A discussão sobre a maioridade penal havia provocado o adiamento da votação da PEC em outubro. Na ocasião, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), retirou a matéria da pauta diante da falta de acordo entre os parlamentares sobre as alterações apresentadas ao texto. A possibilidade de incluir novas regras sobre responsabilização criminal de adolescentes também poderia exigir o retorno da proposta à Câmara dos Deputados, prolongando sua tramitação. Com a decisão de analisar as emendas separadamente, os senadores conseguiram concluir a votação da PEC nesta terça-feira.

O relator da proposta no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), defendeu a aprovação do texto e apresentou parecer sobre as emendas encaminhadas durante a tramitação. Entre os pontos discutidos também esteve a destinação de recursos para ações relacionadas à defesa nacional, objeto de uma emenda aprovada pelo plenário.

Próxima etapa

Com a aprovação nos dois turnos, a PEC da Segurança Pública segue para promulgação pelo Congresso Nacional. Diferentemente dos projetos de lei ordinários, as propostas de emenda à Constituição não dependem de sanção presidencial. A promulgação permitirá incorporar à Constituição as mudanças aprovadas, entre elas a reorganização de competências na segurança pública, a ampliação da integração entre forças policiais e o fortalecimento de mecanismos de financiamento e coordenação das políticas nacionais da área.

A proposta também abre caminho para a criação de um Ministério da Segurança Pública, medida defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A instalação da nova estrutura, entretanto, dependerá de providências administrativas do Poder Executivo.A aprovação encerra a tramitação da PEC no Senado, mas não a discussão sobre a maioridade penal. As propostas que tratam da redução da idade mínima de responsabilização criminal continuarão sujeitas à análise dos parlamentares em procedimentos próprios.

PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado das votações

Primeiro turno: 73 votos favoráveis
Segundo turno: 75 votos favoráveis
Votos contrários e abstenções: nenhum nas duas votações
Separação das propostas sobre maioridade penal: 38 votos a 36
Próxima etapa: promulgação pelo Congresso Nacional

PL oficializa Rogério Marinho como candidato à presidência do Senado

O PL definiu Marinho para o Senado em fevereiro de 2027, mas adiou para 11 de novembro a decisão sobre apoiar Hugo Motta ou lançar candidato próprio à presidência da Câmara na próxima legislatura

Da redação
Cascavel

●O PL definiu o senador Rogério Marinho (PL-RN) como candidato do partido à presidência do Senado nas eleições de fevereiro de 2027. O anúncio foi feito na terça-feira (3) pelo líder da legenda na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), após uma reunião de lideranças em Brasília. "Rogério Marinho já está definido, é o nosso candidato ao Senado", afirmou Sóstenes a jornalistas.

A decisão sobre o Senado foi tomada enquanto o partido ainda discute qual posição adotará na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados. O PL não definiu se apoiará a recondução de Hugo Motta (Republicanos-PB) ou se lançará um candidato próprio.

Segundo Sóstenes, a bancada do PL voltará a se reunir no dia 11 de novembro para discutir a eleição da Câmara. O encontro também contará com a participação dos 32 novos deputados eleitos pela legenda. O líder afirmou que ainda não existe uma posição majoritária entre os parlamentares. De acordo com ele, o presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, respeitará a decisão tomada pela bancada. Sóstenes também afirmou que o PL não descarta ficar fora de uma composição para a Mesa Diretora da Câmara caso entenda que um eventual acordo não representa os interesses de seus eleitores. "Estar isolado em um primeiro momento não significa uma má estratégia", declarou.

Identidade política

O deputado defendeu que o partido mantenha sua identidade política, mesmo que isso represente perder espaço na estrutura da Câmara. Segundo ele, a legenda não pretende negociar cargos sem uma contrapartida política considerada adequada. "Nós não vamos jogar o nome do PL na lama, sem nenhum tipo de contrapartida aos nossos eleitores", afirmou.


Valter Campanato/Agência Brasil

Como exemplo, Sóstenes citou a eleição anterior para a presidência do Senado, quando o PL apoiou Rogério Marinho, mas ficou fora da composição vencedora. Na avaliação do líder, a estratégia não impediu o crescimento eleitoral posterior da legenda. O parlamentar ressaltou que ainda não houve negociação sobre cargos em uma eventual composição com Hugo Motta. A definição dependerá das discussões internas previstas para a próxima semana. As eleições para as presidências da Câmara e do Senado estão previstas para fevereiro de 2027.

Previdência apura responsabilidades por aplicações de institutos municipais no fundo imobiliário CARE11, que perdeu mais de 90% em algumas cidades e mantém vínculo documentado com o Banco Master

TCE amplia investigação sobre perdas de R$ 44 milhões no CARE11

Os documentos revelam que o relacionamento entre o banco e o fundo é anterior à crise que atingiu o conglomerado financeiro

Cascavel
DA REDAÇÃO



O TCE-PR investiga aplicações de R$ 44 milhões de institutos municipais de previdência no CARE11 Rovena Rosa/Agência Brasil

O TRIBUNAL DE CONTAS do Estado do Paraná (TCE-PR) ampliou uma investigação sobre R$ 44 milhões de recursos de institutos municipais de previdência aplicados no fundo imobiliário Brazilian Graveyard and Death Care Services (CARE11), que mantém vínculos documentados com o Banco Master. Decisões publicadas no Diário Eletrônico de terça-feira (3) mostram que a Corte passou a investigar não apenas a manutenção dos investimentos após mudanças nas regras previdenciárias, mas também a possível responsabilidade de gestores públicos, integrantes de comitês de investimentos e consultorias financeiras diante de uma desvalorização que, em alguns municípios, ultrapassou 90% do capital originalmente aplicado.

A apuração ganha uma dimensão adicional porque o mesmo fundo já havia sido objeto de um processo administrativo sancionador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) envolvendo o Banco Máxima, antiga denominação do Banco Master. O procedimento investigou suspeitas de manipulação de preços das cotas do CARE11 em operações realizadas entre 2018 e 2019. O caso foi encerrado em 2022 mediante termo de compromisso, sem decisão condenatória definitiva sobre as acusações.

Os documentos revelam que o relacionamento entre o banco e o fundo é anterior à crise que atingiu o conglomerado financeiro. Também mostram que parte da deterioração dos investimentos previdenciários começou ainda em 2019, período agora incluído expressamente nas investigações do Tribunal de Contas.

R$ 44 milhões

Os despachos assinados pelo conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva registram que os regimes próprios de previdência social abrangidos pela representação da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) destinaram, conjuntamente, R$ 44.077.775 ao CARE11.

Os recursos pertencem a fundos responsáveis pelo pagamento de aposentadorias e pensões de servidores públicos municipais. Entre os institutos mencionados nos processos estão os de Cambará, Campo Mourão, Colombo, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Matinhos, Quatro Barras e Telêmaco Borba.

Inicialmente, a investigação estava concentrada no desenquadramento dos investimentos após a entrada em vigor da Resolução nº 4.963/2021 do Conselho Monetário Nacional, que alterou as regras para aplicações dos regimes próprios de previdência.

O aprofundamento da análise, entretanto, levou o relator a ampliar o alcance dos procedimentos para investigar a atuação dos responsáveis antes mesmo da mudança normativa.

A decisão determina que sejam examinadas as providências adotadas especialmente a partir de junho de 2019, quando o CARE11 começou a apresentar sinais relevantes de deterioração patrimonial. O Tribunal pretende esclarecer se os gestores acompanharam a evolução das aplicações, receberam alertas das consultorias contratadas, avaliaram os riscos de permanência no fundo e documentaram as razões para manter os recursos investidos.

Perdas superiores a 90%

Os valores individualizados apresentados nos processos mostram a dimensão da desvalorização registrada em diferentes municípios. Em Matinhos, uma aplicação de R$ 2,45 milhões, realizada em julho de 2018, estava avaliada em aproximadamente R$ 233 mil em abril de 2026. A redução nominal foi de cerca de R$ 2,22 milhões, equivalente a 90,49% do capital originalmente aplicado. Em Cambará, o investimento de aproximadamente R$ 1,87 milhão apresentava valor próximo de R$ 227,6 mil em novembro de 2025, uma redução nominal de 87,82%.

No município de Colombo, uma aplicação inicial de R$ 5 milhões havia recuado para aproximadamente R$ 671 mil, representando desvalorização nominal de 86,58%. Já em Quatro Barras, os R$ 1,4 milhão aplicados em 2018 estavam reduzidos a R$ 166,4 mil em agosto de 2025. O próprio TCE calculou uma diminuição de R$ 1.233.600, equivalente a 88,11% do valor inicial.

Em Campo Mourão, o Tribunal identificou redução nominal de R$ 2,62 milhões em relação a um aporte de aproximadamente R$ 3 milhões. Em abril de 2026, a posição estava avaliada em R$ 375.739,52, restando 12,52% do investimento original.

Esses números representam diferenças entre os valores aplicados e as posições patrimoniais registradas nas datas examinadas. Não significam, necessariamente, perdas definitivas, uma vez que o montante eventualmente recuperado dependerá da liquidação dos ativos do fundo.

Banco Master

O vínculo entre o CARE11 e o Banco Master aparece em documentos oficiais da Comissão de Valores Mobiliários. No Processo Administrativo Sancionador nº 19957.006441/2021-87, a CVM investigou o Banco Máxima, posteriormente denominado Banco Master, e Angelo Antonio Ribeiro da Silva, responsável pela emissão de ordens de negociação em nome da instituição.

A investigação teve origem em operações consideradas atípicas com cotas do CARE11. Segundo parecer técnico da autarquia, uma corretora comunicou oscilações expressivas nos preços do fundo em pregões de junho de 2018 e junho de 2019.

A supervisão de mercado também identificou que, entre setembro de 2018 e dezembro de 2019, o banco realizou 455 negócios de compra associados a oscilações positivas de preços. Essas operações representavam 7% das compras examinadas e contribuíram para elevar a cotação do ativo.

A análise destacou ainda negociações realizadas nos últimos pregões de determinados meses, que contribuíram para a valorização das cotas nos períodos de fechamento dos balanços do fundo.

A área técnica da CVM propôs a responsabilização dos envolvidos por suposta manipulação de preços. Antes de uma decisão definitiva sobre o mérito, entretanto, o banco e o responsável pelas ordens apresentaram proposta de termo de compromisso.

Em novembro de 2022, o colegiado da CVM aceitou um acordo global que previa o pagamento de R$ 2,208 milhões pelo Banco Máxima e R$ 736 mil por Angelo Ribeiro. Os valores abrangiam também outro procedimento administrativo, relacionado ao fundo Brazil Realty (BZLI11).

A celebração do termo de compromisso encerrou os procedimentos sem uma condenação administrativa definitiva pela prática investigada.

A existência desse processo estabelece uma conexão anterior entre o banco e o CARE11, mas não demonstra, isoladamente, que as operações investigadas tenham causado as perdas dos institutos previdenciários paranaenses.

NA MIRA DO TCE

Investimentos e desvalorização

Matinhos: R$ 2,45 milhões aplicados; posição de R$ 233 mil em abril de 2026. Redução de 90,49%
Cambará: R$ 1,87 milhão aplicados; posição de R$ 227,6 mil em novembro de 2025. Redução de 87,82%
Colombo: R$ 5 milhões aplicados; posição de R$ 671 mil. Redução de 86,58%
Quatro Barras: R$ 1,4 milhão aplicados; posição de R$ 166,4 mil em agosto de 2025. Redução de 88,11%
Campo Mourão: cerca de R$ 3 milhões aplicados; posição de R$ 375,7 mil em abril de 2026. Restavam 12,52% do valor inicial

FPA ameaça reagir a possível cobrança de IOF sobre títulos do agronegócio

Bancada critica eventual tributação de LCAs e CRAs e articula mudanças na MP 1.376/2026, que vence em 11 de novembro e prevê renegociação de dívidas rurais

Da Redação
Cascavel

●A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sinalizou que poderá reagir no Congresso caso o governo federal avance com a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre títulos de investimento utilizados no financiamento do agronegócio. A possibilidade de tributação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e outros papéis foi discutida na terça-feira (3), durante reunião-almoço da bancada.

O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), afirmou que o setor é contrário à medida e defendeu que o governo busque outras fontes de arrecadação. Segundo ele, a tributação desses instrumentos pode encarecer o crédito e comprometer parte dos recursos privados destinados à produção rural.

"Se isso de fato for adotado, essa maneira de fazer a tributação dos títulos, nós vamos fazer o enfrentamento mais uma vez", declarou Lupion.

O parlamentar lembrou que uma tentativa de taxar esses investimentos já havia sido contestada pela bancada no ano passado. Ele destacou que, no último Plano Safra, menos de 20% do financiamento da produção agrícola brasileira teve origem em recursos públicos ou equalização de juros pelo Tesouro Nacional. Os outros 80%, segundo Lupion, vieram de fontes privadas, entre elas os títulos de crédito do setor.

Lupion afirmou que, caso a cobrança seja instituída por decreto presidencial, a bancada poderá apresentar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para tentar suspender o ato do Executivo.

O deputado Tião Medeiros (PP-PR), coordenador da Comissão de Infraestrutura e Logística da FPA, também manifestou preocupação com a possibilidade de aumento da carga tributária sobre o agronegócio. Para ele, o setor precisa acompanhar as discussões e se mobilizar para evitar novas medidas que elevem os custos da atividade. A bancada avalia que uma eventual tributação pode afetar a oferta de recursos para o financiamento rural, em um momento de dificuldades para produtores que buscam crédito e renegociação de dívidas.


A FPA também tratou da tramitação da MP 1.376/2026 Divulgação

Renegociação de dívidas

Além da discussão sobre o IOF, a FPA também tratou da tramitação da Medida Provisória 1.376/2026, que estabelece mecanismos para renegociação de dívidas rurais. A medida tem vigência até 11 de novembro, e a bancada tenta acelerar as negociações para alterar o texto antes do vencimento. Segundo a avaliação apresentada durante a reunião, menos de 20% dos R$ 100 bilhões inicialmente projetados para renegociação teriam sido alcançados. Parlamentares e representantes do setor apontaram dificuldades de enquadramento, exigências de garantias e receio de técnicos das instituições financeiras em aprovar operações.

A vice-presidente da FPA para o Centro-Oeste, deputada Marussa Boldrin (MDB-GO), afirmou que produtores têm relatado obstáculos para acessar as linhas de renegociação. Entre os problemas citados estão critérios de enquadramento, garantias elevadas e insegurança dos profissionais responsáveis pela análise dos pedidos. O deputado Rafael Pezenti (MDB-SC), coordenador da Comissão de Meio Ambiente da FPA, também relatou que instituições financeiras estariam recusando operações e defendeu critérios mais objetivos para a concessão do crédito.

Reunião

A FPA articula uma reunião entre a senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice-presidente da bancada, o presidente da comissão mista que analisa a MP, senador Renan Calheiros (MDB-AL), e o ministro da Fazenda, Dario Durigan. A expectativa é que o encontro ocorra ainda nesta semana. A intenção é buscar consenso para modificar o texto da medida provisória. Lupion afirmou que a bancada considera o vencimento da MP sem uma solução legislativa um cenário prejudicial aos produtores, já que o Projeto de Lei 5.122/2023, que também trata de medidas para o setor, enfrenta resistência e não teria tempo para avançar na Câmara antes do prazo.

O senador Jaime Bagattoli (PL-RO) defendeu que o governo considere o projeto de lei como alternativa. Já o deputado Evair de Melo (Republicanos-ES) cobrou uma atuação mais firme em defesa das pautas do agronegócio. O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), por sua vez, defendeu o diálogo entre os parlamentares e o Executivo para construir uma solução. A FPA busca, assim, negociar mudanças na MP antes do prazo final e manter a pressão contra uma eventual tributação dos títulos que financiam o agronegócio.

Crise na fronteira Suspensão dos serviços do banco paraguaio afeta correntistas e preocupa comerciantes de Ciudad del Este; setor teme dificuldades em pagamentos e reflexos nos negócios com o Oeste do Paraná

Crise no Ueno Bank preocupa comércio na fronteira com o Paraná

Intervenção no Ueno Bank suspendeu operações e gerou preocupação entre clientes e comerciantes de Ciudad del Este, na fronteira paranaense

DA REDAÇÃO
Cascavel



Crise de banco no Paraguai chega à fronteira com o Paraná Divulgação Joédson Al

● A intervenção do Banco Central do Paraguai no Ueno Bank, uma das maiores instituições financeiras do país, chegou à fronteira com o Paraná na terça-feira (3) e provocou preocupação entre comerciantes, trabalhadores e correntistas de Ciudad del Este. Na cidade paraguaia, separada de Foz do Iguaçu pela Ponte da Amizade, centenas de clientes procuraram uma agência bancária em busca de informações sobre suas economias, enquanto entidades empresariais alertaram para o risco de paralisação parcial do comércio. A crise financeira pode ter reflexos também sobre brasileiros que trabalham, mantêm negócios ou possuem relações comerciais no país vizinho.

A situação é especialmente sensível para o Oeste do Paraná, cuja economia mantém relações comerciais com o Paraguai. Ciudad del Este concentra estabelecimentos que recebem consumidores brasileiros e integra uma rede de negócios que envolve importadores, distribuidores, transportadores e prestadores de serviços dos dois lados da fronteira. Embora ainda não exista um levantamento de prejuízos sofridos por empresas paranaenses, a suspensão das operações de uma instituição financeira utilizada por milhões de paraguaios abre a possibilidade de dificuldades em pagamentos e transações comerciais.

O Banco Central do Paraguai anunciou a intervenção depois de constatar que o índice de solvência do Ueno Bank havia caído para menos de 50% do mínimo exigido pela legislação. A decisão foi aprovada por unanimidade na segunda-feira (2) e divulgada na madrugada desta terça-feira. Com a medida, foram suspensos os serviços bancários, incluindo transferências, movimentações de contas, saques e utilização de cartões emitidos pela instituição.

Agência fechada

Em Ciudad del Este, centenas de correntistas procuraram a unidade do Ueno Bank localizada na Avenida Julio César Riquelme, no bairro Ciudad Nueva, na região do quilômetro 7. Segundo o jornal paraguaio Última Hora, os clientes encontraram a agência fechada e passaram a cobrar explicações sobre a disponibilidade dos recursos depositados.

Entre os correntistas estavam trabalhadores preocupados com a impossibilidade de acessar salários e economias. Um dos clientes ouvidos pelo jornal, identificado como Víctor Cañete, relatou a insegurança provocada pela suspensão das movimentações. Outros usuários procuraram a instituição para tentar retirar dinheiro, mas não conseguiram atendimento.

O episódio evidencia uma das particularidades da crise na região de fronteira. Ciudad del Este mantém intensa circulação de trabalhadores, consumidores e empresários brasileiros, especialmente moradores de Foz do Iguaçu e de municípios do Oeste paranaense. Para quem utiliza contas bancárias paraguaias no exercício de atividades profissionais ou empresariais, a interrupção dos serviços pode representar dificuldades imediatas para cumprir compromissos financeiros.

Comércio

A Associação de Importadores e Comerciantes do Paraguai (Asimcopar) divulgou um comunicado manifestando preocupação com as consequências da intervenção. Segundo a entidade, duas em cada três operações eletrônicas realizadas nas multiloja s paraguaias passam por contas do Ueno Bank, o que demonstra a participação da instituição nas transações comerciais do país.

A associação advertiu que a suspensão dos serviços poderá provocar uma semiparalisação do mercado, com consequências para estabelecimentos comerciais e demais integrantes da cadeia de negócios. A estimativa apresentada pelo setor não corresponde a um levantamento oficial de transações, mas revela a dimensão da preocupação entre empresários.

A situação pode ser particularmente delicada para comerciantes que utilizam o banco para receber pagamentos de clientes e posteriormente quitar compromissos com fornecedores. Com os valores temporariamente indisponíveis, empresas podem enfrentar dificuldades para repor estoques, pagar despesas e manter suas atividades.

No caso de Ciudad del Este, esses problemas podem ultrapassar a fronteira. Empresas brasileiras que fornecem mercadorias ou prestam serviços a estabelecimentos paraguaios podem enfrentar atrasos caso seus clientes tenham recursos bloqueados. Até o momento, porém, não há confirmação pública de fornecedores paranaenses que tenham registrado perdas diretamente relacionadas à intervenção.

Pequenos negócios

O presidente da Federação Paraguaia de Micro, Pequenas e Médias Empresas (Fedemipymes), Luis Tavella, alertou que a crise poderá comprometer as atividades de pequenos negócios durante um período de 15 a 30 dias.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Quem pode ser afetado

Correntistas: clientes do Ueno Bank estão sem acesso às operações bancárias suspensas
Trabalhadores: quem recebe salários na instituição pode enfrentar dificuldades para movimentar os valores
Comerciantes: empresas que utilizam o banco para receber pagamentos e quitar fornecedores podem ter o fluxo financeiro comprometido
Brasileiros: trabalhadores e empresários com contas no banco estão sujeitos às restrições
Consumidores: cartões emitidos por bancos brasileiros não foram bloqueados pela intervenção

Segundo o dirigente, o Ueno Bank ampliou o acesso de empreendedores ao sistema financeiro, atendendo segmentos que anteriormente encontravam dificuldades para abrir contas ou obter serviços bancários. Por isso, a suspensão das operações atinge empresas que dependem da instituição para receber vendas e financiar a compra de mercadorias. O impacto pode ser ainda mais significativo diante da proximidade das vendas de fim de ano. Novembro, dezembro e janeiro representam meses importantes para o comércio paraguaio, especialmente para estabelecimentos que dependem do movimento de consumidores. Tavella também pediu cautela para evitar que a crise de uma instituição provoque uma perda generalizada de confiança no sistema financeiro. O Banco Central paraguaio sustenta que o problema é específico do Ueno Bank e não representa uma situação generalizada de insolvência no país.

Brasileiros afetados?

Os efeitos sobre brasileiros dependem do tipo de relação financeira mantida com o Paraguai. Trabalhadores que recebem salários em contas do Ueno Bank, empresários que utilizam a instituição para movimentar recursos e pessoas que mantêm economias depositadas no banco estão diretamente sujeitos às restrições anunciadas.

A situação é diferente para consumidores brasileiros que apenas atravessam a Ponte da Amizade para fazer compras. Cartões emitidos por instituições brasileiras não foram bloqueados pela intervenção. Entretanto, estabelecimentos paraguaios que dependam dos serviços do Ueno podem enfrentar dificuldades para receber pagamentos ou manter determinadas operações.

Outro possível reflexo envolve empresas do Paraná que mantêm relações comerciais com clientes paraguaios. A indisponibilidade temporária de recursos pode comprometer pagamentos e a reposição de mercadorias, embora ainda não existam dados que permitam dimensionar eventuais prejuízos na economia paranaense. Também não foi divulgado um levantamento sobre o número de brasileiros com contas no Ueno Bank ou sobre a quantidade de empresas do Oeste do Paraná que utilizam diretamente os serviços da instituição.



Gaeco mira grupos suspeitos de sonegar impostos Divulgação

Gaeco e Receita Federal atuam contra sonegação e lavagem de dinheiro

Ações simultâneas cumprem 64 mandados de busca em 28 municípios de quatro estados; investigações apuram esquema com empresas de fachada no comércio de sebo e gordura animal

Eliane Alexandrino
Cascavel

● O Ministério Público do Paraná (MPPR) e a Receita Federal deflagraram ontem (4) duas operações simultâneas para combater organizações criminosas suspeitas de sonegação de ICMS, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. As investigações envolvem empresas que atuavam no comércio de subprodutos de origem animal, como sebo e gordura, utilizados na fabricação de biodiesel e em curtumes.

As ações, coordenadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), são a segunda fase da Operação Enxágue e a Operação Catéter. Ao todo, foram cumpridos 64 mandados de busca e apreensão em 28 municípios do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Justiça também determinou medidas cautelares contra nove investigados e o sequestro e a indisponibilidade de bens, direitos e valores que somam R$ 271,4 milhões. O objetivo é garantir a reparação de possíveis prejuízos aos cofres públicos e assegurar o futuro perdimento de recursos relacionados aos crimes investigados.

No Paraná, as diligências ocorreram em Londrina, Maringá, Arapongas, Apucarana, Cambé, Rolândia, Paiçandu, Cianorte, Jandaia do Sul, Curitiba, São José dos Pinhais, Colorado, Enéas Marques, Foz do Iguaçu, Goioerê, Loanda, Mandaguari, Marialva, Pitanga e Toledo. Também houve cumprimento de mandados em São Paulo, Campinas, Barretos e Rancharia; em Santa Catarina, em Joinville; e, no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, Erechim e Marau. As equipes tiveram apoio dos Gaecos dos três estados envolvidos, além de auditores da Receita Federal.

Empresas de fachada

Segundo as investigações, os grupos utilizavam empresas de fachada, conhecidas como "noteiras", registradas em nome de terceiros, os chamados "laranjas". Essas empresas emitiam notas fiscais sem que houvesse operações comerciais reais, permitindo a geração de créditos fictícios de ICMS e a circulação de recursos de origem ilícita.

O esquema envolvia fornecedores reais, como frigoríficos, graxarias, cooperativas e curtumes, que comercializavam sebo e gordura animal sem emitir notas fiscais ou registravam operações em nome das empresas de fachada.

Na sequência, as noteiras emitiam documentos fiscais para as indústrias compradoras. Com isso, as empresas adquirentes aproveitavam créditos de ICMS destacados nas notas, embora o imposto correspondente não fosse recolhido. As medidas patrimoniais foram divididas entre as duas operações.

Na segunda fase da Enxágue, a Justiça determinou o sequestro e a indisponibilidade de até R$ 143,39 milhões. Na Catéter, o limite estabelecido foi de R$ 128,09 milhões.

As ordens atingem contas bancárias e de pagamento, veículos, imóveis, participações societárias e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

Na Operação Catéter, foram alcançados mais de 30 imóveis, incluindo apartamentos, residências, terrenos em condomínios fechados, fazendas e áreas rurais. Também foram atingidos 79 veículos e uma embarcação motonáutica.

Os valores bloqueados correspondem aos créditos tributários de ICMS já constituídos contra as empresas investigadas, sem prejuízo de possíveis atualizações e novos lançamentos.

Fundos de investimento

Embora sejam investigações independentes, as operações identificaram conexões entre os grupos. Segundo o Ministério Público, os mesmos fundos de investimento em direitos creditórios, administrados e geridos pela mesma instituição, apareciam nas duas estruturas investigadas. Esses fundos teriam sido utilizados para transformar títulos sem lastro em recursos com aparência de legalidade, dificultando a identificação da origem do dinheiro e dos beneficiários finais.

As investigações identificaram cinco núcleos interligados: o de comando, responsável pela criação das empresas de fachada e emissão de documentos; o das indústrias adquirentes, que aproveitavam os créditos de ICMS; o de intermediação financeira, formado por securitizadoras, factorings e fundos; o de empresas satélites, que recebiam e ocultavam recursos; e o dos fornecedores reais.

O Ministério Público informou que o núcleo de comando já havia sido alvo de fiscalizações da Receita Federal, oito inquéritos da Polícia Federal, buscas da Polícia Civil e ações penais entre 2009 e 2020. Mesmo após as investigações, a atividade teria continuado com a substituição das empresas de fachada identificadas por novas pessoas jurídicas.

50%

DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO



Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos

FAG EAD
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Cascavel de Ouro A 40ª edição da tradicional prova de três horas de duração será no dia 21 de novembro, no Autódromo Internacional Zilmar Beux

Cascavel de Ouro presta homenagem a Piquet

LUCIANO NEVES
Cascavel

● O ano era 1976. Eis que aparecia no Autódromo Internacional Zilmar Beux um piloto carioca, que viria para fazer história no automobilismo de Cascavel. Ninguém conhecia Nelson Piquet na ocasião, talvez apenas o também piloto Pedro Muffato. O fato é que, há 50 anos, Piquet foi o vencedor da tradicional prova da Cascavel de Ouro. Depois disso, ele se tornou piloto de Fórmula 1. E viria a ser tricampeão da principal categoria do automobilismo mundial nos anos de 1981, 1983 e 1987. Ou seja, o tricampeonato aumentou o peso da vitória de Piquet por aqui. E ele está voltando. A organização da 40ª Cascavel de Ouro quer trazer Nelson Piquet e coloca-lo na pista como ocorreu 50 anos atrás. De qualquer modo, o nome Nelson Piquet já está na prova. Isso porque, neste ano, o vencedor da Cascavel de Ouro levantará o troféu Nelson Piquet, uma homenagem para o piloto vencedor da corrida em 1976.

"Neste ano nós teremos a 40ª edição da Cascavel de Ouro, mas é o 59º ano de prova. No ano que vem vamos fazer 60 anos de Cascavel de Ouro. E o que vai ter de especial na edição deste ano são os 50 anos da vitória de Nelson Piquet. Então nós fizemos um troféu em homenagem a ele. Ele ficou de comparecer à prova e até agora está confirmado. Estamos aguardando para entregar um troféu para ele também. É um grande piloto, talvez um dos maiores que esse país já teve", disse Edson Massaro, presidente do Automóvel Clube de Cascavel (AMC) e promotor da Cascavel de Ouro.



A apresentação do troféu foi feita ontem, na Prefeitura de Cascavel Secom

O troféu foi apresentado para a imprensa na manhã de ontem (04), na Prefeitura de Cascavel. Segundo Massaro, a intenção era agendar a prova no dia 14 de novembro, para celebrar o aniversário do município. No entanto, a corrida foi programada justamente para o dia 21 de novembro, uma semana depois, para que Piquet tivesse agenda livre.

A família Piquet também estará representada no grid da Cascavel de Ouro por Nelsinho Piquet, ex-piloto da Fórmula 1 e piloto da Stock Car. Inclusive, neste ano, ele venceu uma prova da Stock no mês de março. Nesta edição, ele irá guiar o Fiesta de número 33 ao lado de Rapha Reis.

NÚMERO

50

A **Cascavel de Ouro presta uma homenagem** pelos 50 anos da vitória de Nelson Piquet, em Cascavel

Chuva?

Mais uma vez, a Cascavel de Ouro será uma prova longa, com três horas de duração, e também será uma prova noturna, como ocorreu nos últimos anos. Em 2025, a vitória foi da dupla formada pelos pilotos Rafael Decker e Marlon Bastos. A 39ª edição foi realizada no dia 1º de novembro e os pilotos enfrentaram uma forte chuva durante as três horas de prova. A previsão é que novembro seja tão chuvoso como foi em outubro. Massaro espera que o tempo colabore para que, neste ano, a Cascavel de Ouro seja realizada com pista seca, o que oferece mais conforto para o público. "Nós tivemos 62 carros inscritos, mas como os treinos são intensos antes da corrida, a tendência é que a largada tenha 55 carros. Vamos pedir para São Pedro para não vir a chuva. Eu andei vendo as previsões para o fim de semana da prova e não é para chover. No ano passado nós cometemos esse erro. Marcamos a prova para o feriado de Finados. E, em Cascavel, tradicionalmente, Finados sempre chove", completou.

Calendário

A Cascavel de Ouro encarra um calendário intenso de eventos no Autódromo Internacional Zilmar Beux. Neste fim de semana, nos dias 07 e 08, o circuito cascavelense sedia a penúltima etapa do Moto 1000 GP, o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade. Esta será a segunda passagem da categoria por Cascavel. A primeira ocorreu nos dias 1º e 02 de agosto. E nos dias 14 e 15, Cascavel será sede do Campeonato Sul-Brasileiro de Motocross e de mais uma etapa do Campeonato Paranaense de Motocross. Neste caso, não é usado o circuito do autódromo e sim a pista de terra que fica ao lado.

No mês passado, o circuito recebeu duas grandes categorias nacionais: a Stock Car, nos dias 17 e 18 de outubro. E o Marcas Brasil Racing, evento que ocorreu entre 23 e 25 de outubro.

Verdão 'rema' para manter perseguição ao Flamengo

Vice-líder do Brasileirão, o Palmeiras recebe o Remo nesta quinta-feira

Gazeta Esportiva
Gazeta Esportiva

● Palmeiras e Remo se enfrentam nesta quinta-feira (05), às 19h30, no Nubank Parque, em São Paulo, em partida válida pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro. No Campeonato Brasileiro, Palmeiras e Remo vivem momentos distintos na competição. O Verdão vem de empate sem gols com o Santos, na Vila Belmiro, e ocupa a segunda colocação, com 70 pontos. A equipe comandada por Abel Ferreira busca a vitória em casa para manter a perseguição ao líder Flamengo.

Do outro lado, o Remo chega ao confronto após vencer o Botafogo por 2 a 1, no Mangueirão, em Belém. Apesar do resultado positivo, o Leão segue na zona de rebaixamento, ocupando a 19ª colocação, com 29 pontos. A equipe paraense precisa somar pontos na reta final do campeonato para tentar deixar o Z-4 e evitar a queda para a Série B.

Convocação

O Palmeiras pode ter dois desfalques importantes em meio à reta final do Campeonato Brasileiro. Convocados pela seleção argentina, o atacante Flaco López e o lateral-direito Agustín Giay podem perder o compromisso contra o Cruzeiro. A Argentina enfrentará o Uruguai no dia 13 de novembro, em Buenos Aires, e a Costa Rica no dia 17, em Córdoba. O segundo amistoso, portanto, será realizado na véspera do duelo entre Palmeiras e Cruzeiro, marcado para o dia 18. Na sequência, o time alviverde encara o Flamengo, no dia 21.

NÚMERO

70

Na briga pelo título do Campeonato Brasileiro, o **Palmeiras é o vice-líder da competição** com 70 pontos


O Verdão joga com o Remo nesta quinta Cesar Greco

A proximidade entre os compromissos pode dificultar a presença dos jogadores nos jogos do Brasileirão. Além do desgaste da viagem de retorno ao Brasil, Flaco López e Giay terão pouco tempo para se recuperar fisicamente após o amistoso diante da Costa Rica. A expectativa é que ambos estejam ao menos à disposição para enfrentar o Flamengo em uma 'final' do Campeonato Brasileiro. O duelo entre líder e vice-líder será no Nubank Parque, pela 36ª rodada da competição. A CBF não convocou jogadores de Palmeiras e Flamengo para a Seleção Brasileira nesta data Fifa, justamente em razão da disputa do Campeonato Brasileiro.

Cruzeiro

A 34ª rodada do Campeonato Brasileiro terá mais um jogo nesta quinta. O Cruzeiro recebe o Bahia, às 21h30, no Mineirão. O Cabuloso é o terceiro colocado na tabela com 57 pontos, e quer a vitória para dar um passo importante para se garantir na próxima Libertadores da América. Essa também é a meta do Bahia, que aparece no sexto lugar com 53 pontos.

Penúltima rodada da Série B será aberta hoje

Luciano Neves
Cascavel

● Faltam apenas duas rodadas para o fim da Série B do Campeonato Brasileiro. Essas rodadas restantes vão definir os dois times que vão conquistar o acesso direto à elite nacional em 2027. E os quatro times que vão disputar os chamados playoffs valendo as outras duas vagas na Série A.

Na penúltima rodada, que será aberta nesta quinta-feira (05), tem equipe que já pode comemorar o acesso. É o caso do Novorizontino, líder da competição com 67 pontos. No fim de semana, o time paulista manteve a primeira colocação com a vitória por 2 a 1 sobre o Operário de Ponta Grossa. Agora, é só vencer o Fortaleza em casa no sábado (07), às 16h10, para fazer parte da elite nacional no ano que vem.

O Juventude é o segundo colocado com 65 pontos e também pode subir já na próxima rodada. O time gaúcho fez um confronto direto com o Vila Nova-GO e empatou em 2 a 2. Para subir com uma rodada de antecipação, o Juventude terá que derrotar o Cuiabá no sábado, às 20 horas, e torcer para Vila Nova e Criciúma empatarem o confronto, que também será no sábado. De qualquer modo, como restam duas rodadas, o Juventude só depende de si para subir para a Série A.


O Londrina faz mais um jogo melancólico Divulgação LEC

Na Série B, os cinco primeiros colocados já estão garantidos, pelo menos, nos playoffs. Além de Novorizontino e Juventude, o Vila Nova é o terceiro com 63 pontos, Criciúma e Fortaleza estão com 62 pontos. Logo, resta apenas uma vaga no G-6. E ela é disputada por seis equipes. Quatro delas têm 55 pontos: CRB, Goiás, Sport e Atlético-GO. Nessa disputa, o CRB é o sexto colocado porque tem vantagem sobre os concorrentes nos critérios de desempate. Mais abaixo, ainda na luta, estão o São Bernardo, com 52 pontos, e o Operário com 51 pontos, com chances remotas de ingressar no playoff. A rodada pode deixar essa luta mais intensa. Nesta sexta (06), o Sport visita o Operário de Ponta Grossa, às 19h30, no Germano Krüger.

E nesta quinta, na abertura da rodada, um jogo zero importância para a tabela. O rebaixado Londrina visita o Botafogo-SP, às 19h30, no Santa Cruz.


Reprodução Redes Sociais

FÓRMULA 1

Câmara substitui Ocon na Haas em Interlagos

● Rafael Câmara vai antecipar sua estreia como piloto titular na Fórmula 1. Confirmado pela Haas para a temporada 2027, o brasileiro também disputará os GPs de São Paulo e de Las Vegas neste ano. O pernambucano ocupará a vaga de Esteban Ocon, que deixará a equipe norte-americana após desentendimentos durante o Grande Prêmio da Cidade do México. Com a mudança, Câmara terá a oportunidade de estrear diante da torcida brasileira, no Autódromo de Interlagos, em uma das etapas mais aguardadas do calendário. Na corrida do México, o japonês Ryo Hirakawa ocupou o cockpit de Ocon e terminou na décima posição, somando um ponto. A tendência é que Hirakawa volte a pilotar o carro da Haas nos GPs do Catar e de Abu Dhabi, últimas etapas previstas para a temporada. Câmara disputará apenas duas corridas em 2026 por causa do calendário da Fórmula 2. O brasileiro é líder da categoria e terá compromissos no Catar e em Abu Dhabi justamente nas datas previstas para as etapas finais da Fórmula 1. Com a participação no GP de São Paulo, Câmara será o sétimo brasileiro a estrear em uma corrida da Fórmula 1 no país. Antes dele, Luiz Pereira Bueno, Ingo Hoffmann, Alex Dias Ribeiro, Ayrton Senna, Maurício Gugelmin e Tarso Marques tiveram a mesma oportunidade. O pernambucano será também o 34º brasileiro a disputar uma corrida da categoria.


Assessoria Stein

FUTSAL FEMININO

Stein Cascavel viaja para a Argentina hoje

● O elenco do Stein Cascavel embarca nesta quinta-feira (05) para o maior objetivo da temporada. A equipe irá para Buenos Aires, na Argentina, onde será a representante brasileira na Libertadores da América de futsal feminino. A estreia das meninas do técnico Márcio Coelho será no sábado (07) contra a Universidad de Chile. No dia 08, um domingo, o Stein estará de folga. E volta a atuar na segunda, dia 09, contra as equatorianas do Deportivo La Unión. Na terça, 10 de novembro, o Stein Cascavel fará o terceiro jogo contra o Llaneros, da Colômbia. Na quarta-feira, dia 11, o Stein encerra a primeira fase e encara o Exa Ysaty do Paraguai, time que já enfrentou em edições anteriores da Libertadores. Na quinta, dia 12 de novembro, todos os times estarão de folga. Os classificados para as semifinais jogam na sexta, dia 13 de novembro. E a grande final da Libertadores da América de futsal será no sábado, dia 14 de novembro. Esta será a terceira vez que o Stein disputa a Libertadores da América. Bicampeão do torneio, o time quer o tricampeonato. Na manhã de ontem, Coelho comandou o último treinamento antes do embarque. E recebeu boas notícias. Esta semana, a lesionada Amandinha já treinou com bola e pode ser uma peça a mais a ser utilizada pelo treinador na Argentina.


Divulgação Chapecoense

BRASILEIRÃO

Chape é a primeira equipe rebaixada

● O Campeonato Brasileiro já tem sua primeira equipe matematicamente rebaixada. A Chapecoense consumou a queda na 34ª rodada ao ser derrotada em casa pelo Mirassol por 2 a 1, na terça-feira, na Arena Condá. Com isso, a equipe catarinense, que retornou para a elite nacional este ano ao conquistar o acesso na temporada passada, irá retornar para a Série B do Brasileiro em 2027. No Brasileirão, a Chapecoense segue na lanterna com apenas 21 pontos. É equipe com as piores estatísticas na competição. Em 33 jogos, a Chape conquistou apenas quatro vitórias e sofreu vinte derrotas, um aproveitamento de apenas 21%. No quesito gols, é o pior ataque com apenas 33 marcados. O segundo pior ataque pertence ao Vitória, que marcou 35 gols. E a Chape tem, de longe, a defesa mais vazada do Brasileirão com 68 gols sofridos. A Chapecoense ainda tem um jogo a menos, logo tem cinco partidas para cumprir.

Publicidade Legal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 107/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2026-PMSI.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço.
OBJETO:
Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada de gestão pública municipal, em ambiente web nativo, destinada ao atendimento das necessidades da Administração Pública do Município de Saudade do Iguaçu/PR, contemplando licenciamento de uso de software, hospedagem em nuvem, implantação, conversão e migração de dados, parametrização, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, atualização tecnológica e demais serviços correlatos, composta por módulos integrados para gestão administrativa, financeira, contábil, tributária, patrimonial, recursos humanos, compras, licitações, protocolo, atendimento ao cidadão e demais áreas necessárias ao pleno funcionamento das Secretarias Municipais, Fundo, Câmara Municipal e demais entidades da Administração Municipal.
O Município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, por intermédio do seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** do procedimento licitatório em epígrafe, motivada pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:
1. DA MOTIVAÇÃO
A presente suspensão ocorre em razão de:
- **Impugnações ao edital que requerem análise técnica detalhada;**
- **Necessidade de readequação do Termo de Referência/Edital;**
- **Verificação de dotação orçamentária complementar caso necessário.**

2. DOS EFEITOS E DA NOVA DATA
- Fica suspensa a sessão pública originalmente marcada para o dia 05/11/2026, às 10h.
- A nova data para a reabertura do certame e apresentação das propostas será oportunamente divulgada.

3. DA PUBLICIDADE
Este termo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial deste órgão, garantindo-se a ampla publicidade e a contagem dos prazos legais necessários após as eventuais alterações do Edital, em estrita observância à legislação vigente (Lei nº 14.133/2021).

Saudade do Iguaçu/PR, 4 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

www.saudadedoiguacu.pr.gov
CNPJ 95.585.477/0001-92 | Saudade do Iguaçu – Estado do Paraná
Rua Frei Vito Berscheid, nº 708, Bairro Central | CEP 85.568-000
Fone: 0800 090 6545 | E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br











HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Uma conversa franca esclarecerá dúvidas de um assunto íntimo ou financeiro. Retome um acordo e crie condições mais favoráveis para os planos a dois. No amor, gestos carinhosos e maior abertura para ouvir facilitarão uma reconciliação. O dia também trará alegria com os filhos e inspiração para um projeto criativo. Harmonize suas relações!

Touro (21/04 a 20/05)
Retome uma conversa com o par ou com um sócio e esclareça planos que ficaram em suspenso. Um assunto antigo poderá ganhar outra solução e dar segurança nas decisões. Pequenos ajustes na rotina trarão maior bem-estar e conforto, dedique um tempo para cuidar da saúde e da beleza. Combine melhorias na casa com a família. Criatividade em alta!

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Rever uma tarefa ou projeto trará ideias para melhorar o trabalho. A passagem do Sol por Mercúrio retrógrado ajudará a perceber o que precisa mudar na rotina, hábitos e nos cuidados de saúde. Aproveite para simplificar procedimentos e dedicar mais tempo ao que você gosta. No amor, mais leveza e conversas animadas. Cheiro de novidade no ar!

Câncer (21/06 a 22/07)
Um sentimento antigo poderá ser compreendido de outra maneira e acalmar o coração. Converse com os filhos, com o par ou retome um projeto criativo que foi pausado. Ideias para renovar a casa também ganharão força, pesquise opções que tragam conforto e caibam no orçamento. O dia trará acordos financeiros com a família e bons negócios!

Leão (23/07 a 22/08)
Conversas em família ajudarão a resolver um assunto que foi adiado. Retome planos de reforma ou de mudança de casa e planeje os próximos passos. Com mais confiança para expressar seus desejos e necessidades, você encontrará apoio e boas soluções. Palavras carinhosas aproximarão pessoas queridas. Alguém do passado reaparecerá com convite especial.

Virgem (23/08 a 22/09)
Uma ideia antiga ganhará consistência e poderá se transformar em um projeto interessante. Retome estudos, organize informações e converse com quem poderá somar forças. Será bom momento para renegociar contratos e conseguir melhores condições. Cuide da sua imagem e dos interesses pessoais. Algo maior estará se desenhando para o futuro!

Libra (23/09 a 22/10)
Convites de amigos e novas conexões darão um sabor especial ao dia.
Com Vênus retrógrado em seu signo em harmonia com Júpiter, boas companhias renovarão o entusiasmo e ampliarão perspectivas. Uma conversa sobre dinheiro ajudará a esclarecer valores e rever as condições de um trabalho. Reconheça seus talentos e cuide da imagem!

Escorpião (23/10 a 21/11)
A passagem do Sol por Mercúrio retrógrado em seu signo trará reflexões importantes sobre objetivos pessoais e projeto de vida. Uma ideia poderá ser retomada com mais clareza e encontrar novos caminhos de realização. Reconheça suas conquistas e dê tempo para as decisões amadurecerem. Faça escolhas mais afinadas com seus desejos. Carreira em ascensão!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Momentos de reflexão trarão respostas sobre o passado e finalizações. Resolva pendências e escolha o que você deseja preservar no próximo ciclo que começará no seu aniversário. Amigos trarão boas notícias e poderão inspirar uma viagem ou um curso. Compartilhe conteúdos relevantes nas redes e ganhe engajamentos. Poder de influência em alta!

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Trocas com amigos e colegas ajudarão a desenvolver um projeto inovador. em comum.
Um antigo contato profissional retornará uma proposta interessante, avalie com carinho.
Use a diplomacia para esclarecer expectativas e melhorar as condições de uma parceria.
Transações imobiliárias e assuntos financeiros terão bom andamento. Viagem à vista!

Aquário (21/01 a 19/02)
Uma proposta profissional poderá ser retomada e abrir novo caminho na carreira.
Converse sobre seus objetivos, apresente ideias e esclareça pontos que ficaram pendentes.
O dia favorecerá conexões com pessoas de outros lugares e parcerias que ampliem sua atuação. No amor, planos de viagem ou um programa cultural animarão o clima. Poder em alta!

Peixes (20/02 a 20/03)
Estudos e conversas com pessoas experientes trarão respostas importantes e horizontes mais amplos. Retome um plano de viagem ou uma pendência de documentos, novas informações facilitarão os próximos passos. Um acordo financeiro ou proposta de trabalho em outro lugar será promessa de maior estabilidade. Carinho e clima de romance no amor!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

05 Qui — 21° 27° — 21.0mm — Chuva forte de manhã. Sol e diminuição de nuvens à tarde. Noite com muitas nuvens.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 27°	22° 29°	21.0mm 95% de chance	68% 96%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↗ SSW - 8km/h	↗ SSW - 34km/h	05:44h às 18:50h	Minguante

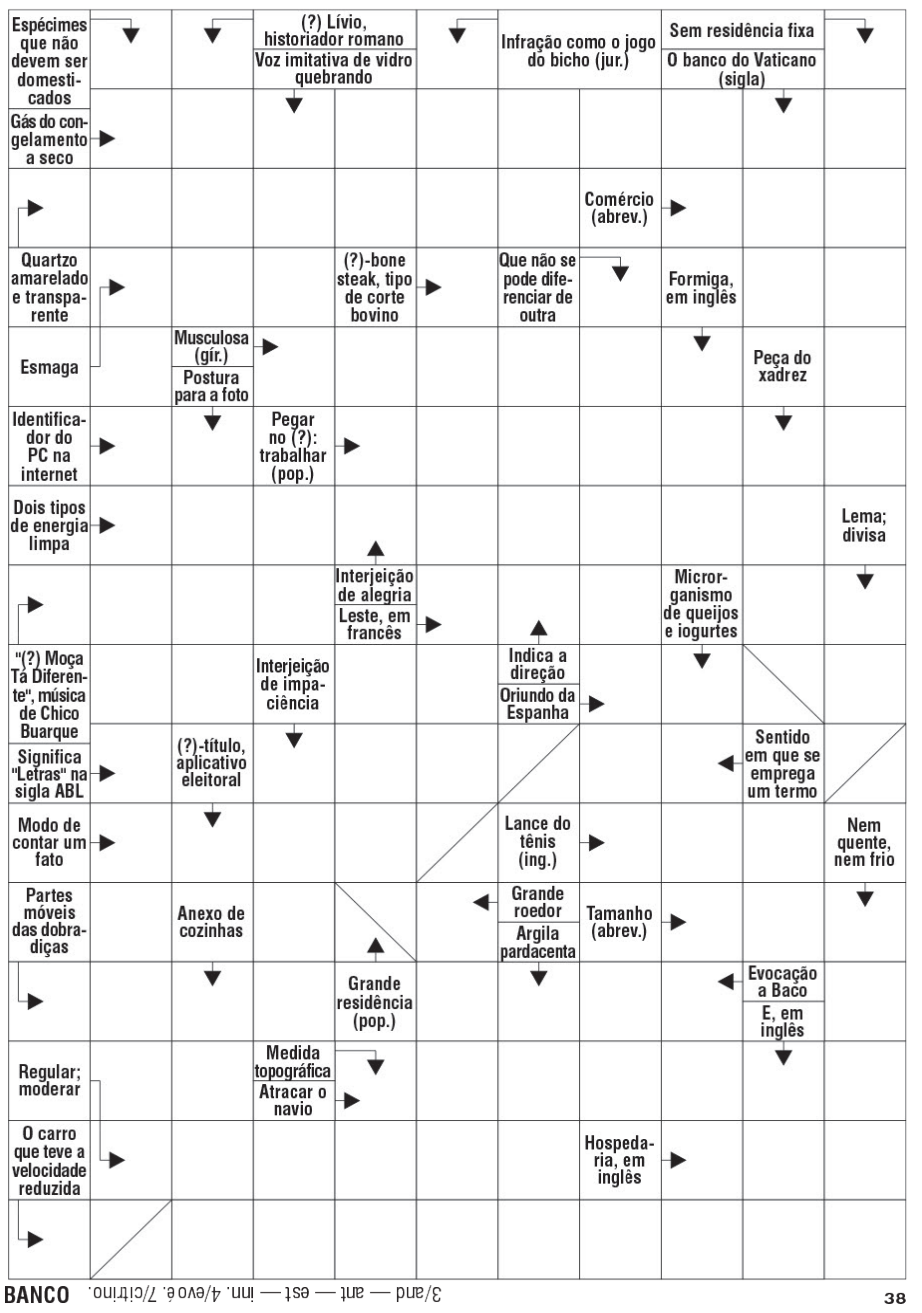
06 Sex — 19° 30° — 0.4mm — Sol com muitas nuvens e períodos de céu nublado. Noite com pancadas de chuva.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 30°	20° 33°	0.4mm 78% de chance	63% 89%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↘ NNW - 8km/h	↘ NNW - 36km/h	05:43h às 18:51h	Minguante

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 3/and — ant — est — inn. 4/evo é. 7/citrino.

38

Solução



ASSINE COQUETEL
E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!
Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.
Desafio! | Fácil | Caça Palavra | Cripto | Piccolé
>>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR
Acesse aqui o nosso site!
Siga a gente nas redes sociais: coquetel editoraCoquetel

EXTINTORES ALIANÇA
Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.
Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral
CEP: 85.807-540
CASCAVEL- PR
Fone: (45) 3039-0015/3039-0114

Betel
- INSTRUMENTOS MUSICAIS
- LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E TELÃO
- ELETRÔNICA/ CONSERTOS/ LUTHIER
- CONSERTO E ACESSÓRIOS PARA CELULARES
- BÍBLIAS E PRESENTES
BETELSOM
(45) 3228-4874 (45) 99995-9256
RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCAVEL/PR

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*
100% Novo Compatível
*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.
ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

Quebra de paradigmas

●A política mundial atravessa um período em que certezas eleitorais, alianças tradicionais e interpretações consolidadas sobre o comportamento das sociedades têm sido colocadas à prova. Resultados considerados improváveis, mudanças rápidas na correlação de forças e o surgimento de novas lideranças revelam um cenário no qual as antigas fórmulas já não explicam, sozinhas, as decisões do eleitorado. Mais do que uma transformação à direita ou à esquerda, o que se observa é um processo de reconfiguração das relações entre cidadãos, instituições e representantes.

As eleições legislativas realizadas nos Estados Unidos nesta semana oferecem um exemplo desse fenômeno. Apenas dois anos depois da vitória de Donald Trump na disputa presidencial, os democratas conquistaram o controle das duas casas do Congresso. O resultado alterou o equilíbrio institucional em Washington e demonstrou que a preferência manifestada em uma eleição não representa necessariamente um compromisso permanente do eleitor com determinado partido ou liderança.

Mas a transformação não ocorre em uma única direção. Na Alemanha, o crescimento eleitoral da Alternativa para a Alemanha, conhecida pela sigla AfD, modificou o cenário político em regiões historicamente dominadas por partidos tradicionais. No Japão, a coalizão conservadora liderada por Sanae Takaichi alcançou uma maioria parlamentar expressiva. Na Colômbia, a disputa presidencial de junho evidenciou uma competição acirrada entre projetos políticos distintos. Cada país apresenta circunstâncias próprias, mas os episódios mostram que o comportamento eleitoral não pode ser compreendido por meio de uma explicação universal.

Durante décadas, análises políticas se apoiaram em determinadas expectativas de estabilidade. Regiões eram classificadas como redutos permanentes de partidos, grupos sociais eram associados a preferências relativamente previsíveis e lideranças eram consideradas capazes de transferir seu prestígio eleitoral a sucessores. Essas referências continuam relevantes, mas os acontecimentos recentes mostram os limites de sua utilização como certezas.

Parte dessa transformação está relacionada às mudanças na maneira como as pessoas recebem informações e participam do debate público. As redes sociais ampliaram a circulação de discursos, reduziram a dependência dos meios tradicionais de comunicação e criaram novas possibilidades de mobilização. Ao mesmo tempo, favoreceram a fragmentação das discussões e a formação de ambientes informacionais distintos, nos quais cidadãos de um mesmo país podem interpretar acontecimentos semelhantes de maneiras profundamente diferentes.

Há também fatores materiais que não podem ser ignorados. Inflação, custo de vida, emprego, segurança, imigração e acesso aos serviços públicos continuam influenciando decisões eleitorais. Em diferentes sociedades, a insatisfação com problemas cotidianos pode modificar apoios políticos anteriormente consolidados. Isso não significa que os eleitores estejam abandonando suas convicções, mas que identidades partidárias convivem com expectativas concretas sobre os resultados da administração pública.

Outro aspecto importante é a dificuldade crescente de enquadrar todos os movimentos políticos nas divisões tradicionais. Questões econômicas, culturais, tecnológicas e geopolíticas produzem combinações de posicionamentos que nem sempre correspondem às categorias historicamente utilizadas para definir partidos e governos. As sociedades se transformam, e suas formas de representação também passam por adaptações.

O Brasil integra esse ambiente de mudanças. As disputas eleitorais recentes demonstram a importância das alianças regionais, das diferentes realidades econômicas e das estratégias de comunicação na formação das maiorias políticas. A experiência brasileira, entretanto, não pode ser interpretada como simples reprodução do que ocorre nos Estados Unidos ou na Europa. Cada democracia possui instituições, trajetórias históricas e dinâmicas sociais próprias.

A quebra de paradigmas exige, portanto, uma mudança também na maneira de observar a política. Nenhum resultado eleitoral deve ser tratado como confirmação definitiva de uma tendência histórica, assim como nenhuma derrota representa, por si só, o desaparecimento de determinada corrente de pensamento. O eleitorado não constitui um bloco imóvel, e a democracia pressupõe justamente a possibilidade de revisão das escolhas coletivas.

Talvez a característica mais significativa deste momento seja a necessidade de substituir previsões categóricas por análises capazes de reconhecer a complexidade das sociedades contemporâneas. A política continua sendo construída por instituições, interesses, valores e circunstâncias que se modificam continuamente. Em um mundo de transformações aceleradas, compreender essas mudanças é mais importante do que tentar encaixá-las em antigas certezas.

Eleições 2026: Protagonistas extravagantes ao processo eleitoral

Thiago
LOMBARDI ANTUNES DE ALMEIDA

**Advogado. Pós-graduado em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral*

Encerrado o segundo turno, em 25 de outubro, já é possível um primeiro balanço das Eleições 2026. No início do processo eleitoral, boa parte dos juristas apostava que o grande desafio seria a inteligência artificial, sobretudo a produção de conteúdos fabricados capazes de favorecer ou prejudicar candidaturas e de interferir na formação da vontade do eleitor. Não sem razão, tendo em vista que o TSE dedicou ao tema parte relevante da reforma de suas instruções, com a resolução 23.755/26, que alterou a resolução 23.610/19.

Curiosamente, porém, outros personagens roubaram a cena. De um lado, os já famigerados windbanners e suas variadas formas de utilização. De outro, em plano muito mais relevante, a crescente judicialização do processo eleitoral, com decisões que reabrem o debate sobre os limites da atuação jurisdicional e a necessária segurança jurídica.

São protagonistas extravagantes no sentido próprio da palavra: estão fora do lugar que o processo eleitoral lhes reservou. O centro da cena pertence ao eleitor e aos candidatos. Os windbanners sobreviverão ao próximo ciclo?

O fundamento legal é o art. 37, § 2º, I, da lei 9.504/1997, que admite bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e sem prejuízo ao trânsito de pessoas e veículos; a mobilidade se caracteriza pela colocação e retirada diárias entre 6h e 22h (art. 37, §§ 6º e 7º). A regra foi pensada para a bandeira empunhada pelo militante. O windbanner - haste flexível, base de apoio, produção em escala - acomodou-se à letra da lei e ocupou praças, canteiros e cruzamentos.

O resultado foi visível em todo o país. Na capital paulista, os rostos dos principais candidatos passaram a disputar o espaço urbano dessa forma; em Santa Catarina, a ocupação de cruzamentos gerou representações de adversários e do Ministério Público Eleitoral. O TRE/SP precisou alertar que bandeiras móveis e windbanners estavam proibidos a partir das 22h da véspera do pleito, sob pena de responsabilização por desobediência. No Congresso, já há quem defenda expressamente a proibição.

Fica a pergunta: os windbanners sobreviverão às próximas eleições? A experiência de 2026 indica que, se continuarem admitidos, virão acompanhados de disciplina mais detalhada de quantidade, dimensões, distâncias e locais de instalação, dada a poluição visual que impuseram às cidades. O ideal é que essa disciplina venha do legislador, e com antecedência, não de construções casuísticas no curso da campanha.

A discussão revela uma transformação mais ampla. Com o crescimento das mídias digitais e a evolução da comunicação política pela internet, os tradicionais materiais de rua perdem espaço. A tendência é de campanhas cada vez mais digitais, dinâmicas e menos dependentes de estruturas físicas de propaganda. O windbanner talvez seja o último fôlego de um modelo em transição.

Judicialização e segurança jurídica

Em relação ao Poder Judiciário, a reflexão é mais profunda. A Justiça Eleitoral exerce papel indispensável na preservação da legitimidade das eleições e da normalidade do pleito. Exatamente por isso, sua atuação deve estar submetida a limites claros, critérios objetivos e previsibilidade.

A Constituição oferece a baliza: a lei que altera o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência (art. 16). O STF já reconheceu que essa lógica de anterioridade alcança também as viradas jurisprudenciais do TSE ocorridas no curso do pleito, que só devem produzir efeitos na eleição seguinte. Quando as regras passam a depender excessivamente de construções jurisprudenciais formadas durante o próprio processo eleitoral, multiplica-se a insegurança para partidos, candidaturas e advogados e, em última análise, para o próprio eleitor. Os advogados de partidos políticos e de campanhas passam a trabalhar com hipóteses, e não com normas.

A instabilidade não decorreu apenas de viradas jurisprudenciais. Ao longo do processo eleitoral, decisões individuais do presidente do TSE, ministro Nunes Marques, foram revertidas ou modificadas pelos demais ministros da Corte. Em agosto, por 5 votos a 2, o Plenário deixou de referendar decisão que negara a retirada de vídeo de Flávio Bolsonaro contra Lula, apontado como propaganda antecipada negativa. Às vésperas do segundo turno, o ministro Floriano de Azevedo Marques concedeu liminar que impediu a Presidência de determinar, por decisão individual, a suspensão de canal de campanha em aplicativo de mensagens até deliberação do Plenário. O próprio presidente afirmou que mais de 80% de suas decisões foram referendadas pelo colegiado; o reverso é que parcela relevante não o foi. A colegialidade é garantia do sistema, mas a alternância entre o que decide o presidente e o que decide a Corte, em plena campanha, é mais um fator de imprevisibilidade para quem precisa orientar candidatos em tempo real.

Independentemente das posições políticas ou ideológicas envolvidas, segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade das regras do jogo são pressupostos de qualquer democracia. A regra eleitoral precisa ser conhecida antes da largada, não pode ser descoberta durante a corrida.

Nem o dia da votação escapou

Em 25 de outubro, o ministro Cristiano Zanin, do STF, determinou a prorrogação do recebimento de votos por duas horas, até as 19h (horário de Brasília), em todas as seções do país, cabendo ao TSE dar cumprimento à ordem. A decisão foi proferida na Rcl 101.673, por alegado descumprimento da ADPF 1.013/DF, que assegurou transporte público gratuito em dia de eleição.

A sequência merece registro. A coligação do candidato à reeleição pediu ao TSE, às 13h22, a extensão em municípios da Bahia, por falta de ônibus; às 15h42, ampliou o pedido a todos os Estados. A campanha adversária também requereu prorrogação ao TSE, mas apenas em 19 cidades de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, alegando chuvas, alagamentos e falta de energia. Às 16h22, a primeira coligação acionou o STF por reclamação; o relator foi sorteado às 16h33 e a decisão divulgada às 17h03 - depois, portanto, do horário regular de encerramento. O Ministério Público Eleitoral opôs-se à prorrogação, e o TSE chegou a pausar a totalização dos votos. Em nota posterior, o relator esclareceu que a medida valia apenas para as seções ainda não encerradas.

Não se discute a gravidade de relatos de eleitores impedidos de chegar às seções. Discute-se o caminho. O Código Eleitoral fixa o encerramento às 17h, assegurado o voto de quem já estiver presente (arts. 144 e 153), e a gestão do dia da eleição é atribuição típica da Justiça Eleitoral que, no caso, tinha pedidos pendentes de apreciação. Uma prorrogação nacional, determinada pela via reclamatória depois do horário de fechamento e com parte das urnas já encerradas, produz exatamente a assimetria que a segurança jurídica quer evitar: eleitores do mesmo pleito submetidos a regras distintas, conforme o momento em que sua seção foi fechada.

Essa assimetria não é teórica. Ao manter fechadas as seções já encerradas e estender o horário apenas das que ainda funcionavam, a decisão não assegurou isonomia entre os eleitores. Em São Paulo, segundo o presidente do TRE-/SP, 80% das urnas haviam fechado às 17h, e houve relatos de eleitores que chegaram após esse horário e não puderam votar. Justamente quem enfrentou as dificuldades de transporte que motivaram a medida, mas encontrou sua seção fechada, ficou excluído do benefício. O exercício de um direito fundamental passou a depender do acaso: votou quem estava vinculado a seção ainda aberta. A distorção não atinge apenas o eleitor. Ampliada de forma desigual entre seções, municípios e Estados, a votação pode repercutir na própria contagem dos votos e, por consequência, no resultado da disputa, em prejuízo dos candidatos, sem que nenhum deles disponha de meios para corrigir o desequilíbrio.

O que fica para o próximo ciclo

Os candidatos deveriam ser os protagonistas, o cidadão que exerce seu direito fundamental ao voto, mais ainda. Em 2026, porém, os holofotes deslocaram-se para o Judiciário, notadamente à Justiça Eleitoral (TSE) e o STF, e para decisões sensíveis que afetaram, de forma sistêmica, a disputa.

Talvez essa seja a principal reflexão que as Eleições 2026 deixarão. A tecnologia continuará avançando e os instrumentos de propaganda continuarão mudando. O desafio permanente é assegurar regras claras, conhecidas previamente e aplicadas de maneira uniforme, com a jurisdição atuando como garantia e não como protagonista do processo eleitoral.

Política & CIA

Recado americano

O DEPUTADO Luiz Claudio Romanelli aproveitou a sessão da Assembleia Legislativa desta quarta-feira (4) para comentar os resultados das eleições nos Estados Unidos e fazer uma reflexão sobre as mudanças no cenário político. Segundo ele, a derrota dos republicanos demonstra que nenhuma força política tem hegemonia permanente. "Há dois anos atrás, parecia que o presidente norte-americano, Donald Trump, governaria durante 20 anos com uma mão de ferro", afirmou. Romanelli disse que o resultado mostra como a política pode mudar rapidamente e defendeu a construção permanente de soluções por meio do diálogo. A fala foi dirigida ao líder do governo na Alep, Hussein Bakri, a quem o parlamentar fez elogios públicos.

Elogios públicos

Ainda durante o pronunciamento, Luiz Claudio Romanelli dedicou uma série de elogios ao líder do governo, Hussein Bakri. Disse que o parlamentar é um exemplo de atuação política, destacou sua capacidade de diálogo e relembrou o período em que Bakri foi seu vice-líder. "Continue sendo exatamente como é porque isso vai te levar além", declarou, citando o poeta Paulo Leminski. Bakri agradeceu e respondeu que a admiração era recíproca. A troca de manifestações ocorreu durante uma sessão marcada por votações importantes e às vésperas da mudança de legislatura.

PEC municipal

O deputado Evandro Araújo anunciou que solicitou o protocolo de uma proposta de emenda à Constituição do Paraná para substituir a expressão "guarda municipal" por "polícia municipal" no artigo 17 da Carta estadual. Segundo ele, a iniciativa reúne 23 assinaturas de deputados e foi articulada ainda em 2025. O parlamentar pediu celeridade à presidência da Assembleia e relacionou a proposta ao avanço da PEC da Segurança Pública no Congresso Nacional. A manifestação ocorreu depois de Araújo mencionar uma publicação do prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, sobre o início da transição da Guarda Municipal para Polícia Municipal.

Dobrar recursos

O deputado Delegado Jacovós agradeceu à Mesa Executiva da Assembleia pela disponibilização de R$ 5 milhões para auxiliar Maringá após os estragos provocados pelo temporal, mas defendeu que o montante seja ampliado. "Se a gente puder chegar ao dobro disso, seria importante", afirmou durante a sessão extraordinária. Segundo o parlamentar, mais de 300 árvores foram arrancadas pela raiz e diversas empresas tiveram os telhados destruídos. Jacovós também sugeriu a ampliação do fundo utilizado pela Assembleia para atender situações de emergência climática, argumentando que o Legislativo dispõe de condições para oferecer respostas mais rápidas aos municípios atingidos.

Novos pedidos
O deputado Artagão Júnior revelou que prefeitos de Inácio Martins e Palmital procuraram seu gabinete para solicitar apoio diante dos prejuízos provocados pelas chuvas e vendavais. Segundo ele, outros municípios também estão concluindo levantamentos e preparando a documentação necessária para registrar as ocorrências no sistema da Defesa Civil. A presidente da sessão, Flávia Francischini, acrescentou que Astorga também sofreu danos significativos e mencionou cerca de duas mil residências afetadas. A deputada anunciou que apresentaria requerimento para incluir o município entre os beneficiários dos recursos emergenciais.

Fiscalização futura

A aprovação do projeto que permite aos produtores de tabaco escolher onde será realizada a classificação da produção veio acompanhada de uma preocupação manifestada pelo deputado Luiz Corti. Ele defendeu a criação de uma comissão permanente de parlamentares para avaliar, após um ano, os resultados da nova legislação e o grau de satisfação dos fumicultores. A proposta aprovada estabelece um sistema híbrido, permitindo a classificação tanto nas propriedades rurais quanto pelo procedimento tradicional. Corti afirmou que a mudança representa um avanço, mas alertou para a necessidade de acompanhar sua aplicação prática.

Robótica escolar

Um novo projeto apresentado pelo deputado Batatinha pretende reconhecer a robótica como esporte de competição e atividade de relevância educacional no Paraná. A proposta também autoriza sua inclusão como atividade extracurricular e optativa nas unidades de ensino da rede estadual. O texto foi anunciado durante a leitura das proposições protocoladas na sessão desta quarta-feira. A iniciativa ainda dependerá da tramitação legislativa para que suas disposições possam produzir efeitos.

Prejuízo elétrico

O deputado Márcio Nunes e outros parlamentares apresentaram uma proposta destinada a proteger produtores rurais que sofram prejuízos decorrentes de falhas no fornecimento de energia elétrica. O projeto prevê mecanismos para facilitar o ressarcimento dos danos, conforme anunciado durante a leitura das novas proposições da Assembleia. A iniciativa coloca em discussão as consequências econômicas das interrupções de energia nas propriedades rurais, especialmente nas atividades que dependem de refrigeração, equipamentos elétricos e funcionamento contínuo de sistemas produtivos.

Painel instável
As votações da Assembleia nesta quarta-feira foram acompanhadas por reclamações de deputados sobre o funcionamento do painel eletrônico. Parlamentares relataram que os votos não apareciam corretamente na tela ou que o sistema apresentava oscilações. Luiz Fernando Guerra chegou a pedir providências, enquanto outros deputados solicitaram confirmação de seus registros. A presidente da sessão, Flávia Francischini, informou que a equipe técnica estava trabalhando para solucionar o problema e assegurou que as falhas de exibição não interferiam no registro dos votos.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

•Sabia disso?
Um registro de patente de 1981 revela que o aspartame, o adoçante químico 200 vezes mais potente que a sacarose e consumido diariamente por mais de 200 milhões de pessoas, é feito a partir de fezes de bactérias geneticamente modifi cadas, feito por meio de processo secreto de engenharia genética. O teor completo da fórmula do produto, que permaneceu vários anos oculto em escritórios de patentes a pedido da dona da fórmula, a empresa Monsanto, foi divulgado recentemente pelo jornal Natural News. Em 1999, o jornal e Independent (britânico) publicou reportagem falando exatamente sobre essa fórmula secreta e indo mais longe, que empresas americanas – de renome mundial - passaram a usar o adoçante químico em refrigerantes e doces, em substituição ao açúcar comum. Não houve repercussão na época, por desconhecimento dos impactos do adoçante químico no organismo...



BELEZURA: Luana Rivieri Ruginski aniversariante da terça-feira, dia 03
arquivo pessoal



DENISE RUBEL e a filha Laura Barzotto, em Cascavel.
arquivo pessoal

•Pra hoje...
Sobretudo, darei graças por todo caminho que percorri, pelos tantos que desviei e por toda história que escrevi. Nenhum passo é dado sem a bênção divina, se não serviu como dádiva, serviu como aprendizado! E cada dia desperto pro novo, abdicando do que não acrescenta e resistindo ao que minha intuição fala ao coração! Feliz e abençoado seja seu dia.

•"Urgente"
Tropas do exército estão se dirigindo às casas dos 10 ministros do STF: a ordem é cortar a grama e pintar os meios-fios...

•Muito cuidado
"Carma é a Lei da polaridade diluída em toda manifestação de vida e em todos os planos de matéria".em toda manifestação de vida e em todos os planos de matéria".



Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

A GAZETA DO PARANÁ convida os internautas a, diariamente, fazerem uma viagem ao túnel do tempo e relembrarem fatos e momentos históricos de Cascavel e do Paraná. A imagem acima mostra a Avenida Brasil sem uma data específica, mas provavelmente registrada em meados da década de 1970.

O charme da antiga avenida, com seus carrões icônicos da época, desperta a memória afetiva de muita gente, incluindo a nova geração, que não viveu esse período, mas tem curiosidade em conhecer o passado histórico da cidade.

A Avenida Brasil já foi uma rodovia federal. O antigo trecho da BR-35 surgiu devido às muitas estradas que cortavam a região, sendo ela a ligação entre Guarapuava e Foz do Iguaçu. Na década de 1950, a cidade se desenvolveu ao longo da via. Quando a BR-35, atual BR-277, foi desviada da área central para o sul, o arquiteto Gustavo Gama Monteiro foi contratado para sugerir uma solução urbanística para a antiga estrada.

As soluções encontradas foram o alargamento da via e a mudança do nome para Avenida Brasil. Em 1953, Adelar Bertolucci e Adelino Cattani apresentaram o Projeto de Lei nº 26 referente à mudança do nome, e, em 11 de agosto de 1953, a lei foi aprovada.



A Avenida Brasil já foi composta por três vias, sendo a central destinada ao tráfego da BR-35 e as laterais para uso urbano Biblioteca IBGE

Vista panorâmica de Cascavel em 1972

A imagem nostálgica nos remete ao centro da cidade de Cascavel (PR) no ano de 1972. A vista panorâmica é um convite para despertar a memória afetiva de cada cidadão que viveu, ou não, essa época.



A Avenida Brasil, com poucos veículos em circulação no dia em que a imagem panorâmica foi registrada, mostra, no entanto, muitos carros estacionados ao longo da principal via pública da cidade Biblioteca IBGE

1962: Vista aérea da região central de Maringá

De 1962, o registro mostra o avanço imobiliário e a movimentação de veículos pela região central de Maringá.

Cruzando a imagem na diagonal, aparece a avenida Brasil; praticamente ao centro, destaca-se a praça Napoleão Moreira da Silva, logradouro que foi reurbanizado e inaugurado em maio daquele ano a partir do projeto de José Augusto Bellucci e financiamento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Embora diversos estabelecimentos comerciais e atacadistas possam ser identificados no registro, a cidade ainda não havia inaugurado nenhum arranha-céu. Isso se daria pouco tempo depois com a conclusão dos edifícios da Lavoura (hoje Maringá), Três Marias e Herman Lundgren.



Ao fundo é possível constatar o adensamento demográfico em diversos bairros, sobretudo, na região da Zona 3, a Vila Operária Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá / Acervo Maringá Histórica.

Curitiba: Cine Ritz no início da década de 1950

No mês em que Curitiba celebra 332 anos, a equipe do Departamento de Gestão do Arquivo Público separou algumas imagens que contam a história da cidade.

A sala com capacidade para 1.300 lugares figurou como um dos principais cinemas de Curitiba. Foi inaugurado em 5 de novembro de 1948, na Rua XV de Novembro, entre a Marechal Floriano Peixoto e a Alameda Doutor Muricy, onde antes funcionava o Cine Vitória.



O Ritz encerrou suas atividades em 1962, quando seu edifício foi demolido para o alargamento da Rua Arquivo Público